

UDR impede acordo de partidos sobre reforma agrária

BRASÍLIA — A pressão da União Democrática Ruralista (UDR) de Ronaldo Caiado, que não concordou com as definições de propriedade produtiva e função social da terra, impediu a Constituinte de votar o acordo sobre a reforma agrária, fechado por todos os partidos. No último momento, o líder do PFL, deputado José Lourenço, não assinou o documento.

Foi então rejeitado, pela segunda vez, o texto do *Centrão*, e também recusado o projeto da Comissão de Sistematização, criando-se um *buraco negro* — nenhuma das propostas alcançou os 280 votos mínimos para ser aprovada — tornando-se necessário o prosseguimento dos entendimentos. O relator Bernardo Cabral tem que apresentar até as 21h de sábado uma proposta para ser levada ao plenário na tarde de terça-feira.

Aberta a sessão às 20h, o deputado Ulysses Guimarães pôs em votação o texto do *Centrão*, que recebeu 237 votos a favor, 225 contra e 37 abstenções. Imediatamente, passou-se à votação do projeto da Sistematização. O líder do PMDB, senador Mário Covas, cumprindo promessa feita em seu discurso de anteontem, recomendou o voto não, para possibilitar novos entendimentos.

Esquerda — "Vou continuar a lutar pelo acordo. Vou votar contra o texto da Comissão de Sistematização, apesar de ele ser muito melhor que o do *Centrão*, para que haja o *buraco negro* e possa haver o acordo", disse Covas. Os partidos de esquerda, porém, não acompanharam a posição do líder do PMDB, e votaram a favor do projeto da Sistematização.

Foram 129 votos a favor, 365 contra e 27 abstenções. O plenário recebeu o resultado em silêncio, que foi quebrado pelas comemorações da parte da galeria ocupada pelos militantes da UDR. Os ruralistas, no entanto, não tinham motivo para tanta alegria, pois o grande número de votos contrários ao texto da Sistematização levou à posição do PMDB de forçar o acordo.

Os pontos que estão acertados

A exceção do dispositivo que exige o cumprimento da função social para que a propriedade produtiva não seja desapropriada, causa do impasse na Constituinte, os instrumentos legais da reforma agrária estão definidos. Acrescentam poucas novidades à legislação vigente — o Estatuto da Terra, de 1964, e a Constituição de 1967.

Usucapião — A novidade mais importante está no artigo 227, que reduz de 20 para cinco anos o tempo de ocupação exigido para que a terra seja desapropriada por usucapião. A área máxima para desapropriação dobra de 25 para 50 hectares.

Dez anos — O artigo 222 torna as propriedades doadas a título de reforma agrária inegociáveis pelo prazo de dez anos. Pelo Estatuto da Terra, esse prazo é de cinco anos.

Mulher — O parágrafo único do artigo 222 equipara a mulher ao homem como "cabeça da família", para efeito de distribuição de título de propriedade. Com esse dispositivo, a Constituinte beneficia as famílias organizadas em torno da figura feminina.

Desapropriação — O Congresso, por lei ordinária, definirá o valor das desapropriações e decidirá quanto transcorrerá entre a desapropriação e a imissão de posse da terra atingida pela reforma agrária.



Lourenço sai de reunião rendido por fazendeiros da UDR

Caiado age nas galerias e gabinetes

Desde segunda-feira passada, o presidente da UDR, médico Ronaldo Caiado, transformou-se no símbolo do amor e do ódio de parlamentares vinculados ao *Centrão*, às esquerdas e ao PMDB, de fazendeiros e de líderes sindicais rurais. Foco de atração, ele não perdeu tempo. Entrou e saiu de gabinetes de deputados sem a menor cerimônia. A cada tentativa de entendimento, surgia sua figura liderando senhores com forte sotaque e sem meias palavras para tratar o que consideravam "bando de comunistas", referindo-se aos parlamentares que defendiam a exigência de função social para a propriedade produtiva.

"Esses deputados de esquerda têm tantas credenciais para discutir reforma agrária quanto eu para falar de submarinos", desabafou Caiado na última terça-feira, sentado sobre uma mesa no gabinete da liderança do PMDB. Era a primeira vez que ele frequentava a sala do senador Mário Covas, a quem, no passado, acusara de "lobo em pele de carneiro".

Sempre irritado, mas se desfazendo em sorrisos diante de jornalistas e parlamentares ligados à UDR, Caiado insistia em afirmar que os parlamentares deveriam "assumir publicamente" a possibilidade de desapropriar terras produtivas. Como outras lideranças do setor rural, ele nunca alimentou ilusões de que o *Centrão* poderia garantir a vitória aos ruralistas. E repetia: "Mas a esquerda também não leva."

"Presidente" — Depois de quatro dias, Ronaldo Caiado teve ontem seu primeiro momento de felicidade na Constituinte. Foi exatamente meia hora de glória. Desde o anúncio da derrota do texto da Sistematização, até o início de uma reunião entre ele, o presidente da Sociedade

Rural Brasileira, Flávio Telles de Menezes, e o presidente da Organização das Cooperativas do Brasil, Roberto Rodrigues, Caiado foi tratado por seus liderados como o grande vitorioso do dia. Os mais entusiasmados, como o presidente regional da UDR da Paraíba, Roderico Borges, só se referiam a ele aos gritos de "presidente do Brasil".

Antes da votação, Caiado, que ontem só apareceu no Congresso na final da tarde, pois passou o dia em reuniões no Hotel Aracoara e na sede da Organização das Cooperativas do Brasil, estava nervoso e procurou o tempo todo fugir da imprensa. Durante mais de duas horas ficou trancado no gabinete do deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ).

O clima era de total descontração. Ninguém estava mais preocupado com a possibilidade de acordo. Caiado, como já demonstrava claramente desde terça-feira, estava ansioso "para ver quem está conosco e quem está contra nós". Fez elogios rasgados ao deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) e sobre o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) contou que um deputado novato da Paraíba se referira a ele como "Passarinho engordado nas gaiolas do poder".

Cinco minutos antes do horário previsto para a sessão, Caiado foi para as galerias, onde só pôde entrar depois de iniciada a primeira votação. Acompanhou quieto a derrota do texto do *Centrão*, fazendo sinais de positivo com o polegar para o deputado Luis Eduardo Magalhães (PFL-BA), que do plenário sorria para ele.

A galeria, toda ocupada por militantes da UDR, explodiu quando apareceu no painel eletrônico o resultado que derrotava o texto da Sistematização. Caiado saiu dali feliz, cumprimentando quem via pelo caminho e anunciando que na segunda-feira a UDR apresentaria uma emenda "com mais de 280 assinaturas". Acompanhado por mais de 500 militantes, desceu a rampa do Congresso aos gritos de "essa ninguém tira, a terra é produtiva".



Covas (C) e lideranças de todos os partidos acertam texto que UDR não aceita

UDR usa convite falsificado

A UDR falsificou convites de quatro constituintes para lotar as galerias do plenário da Câmara durante a votação da reforma agrária na tarde de quinta-feira última. A falsificação, quase perfeita, só foi descoberta porque houve um exagero na dose. Cada parlamentar tem direito a oito convites por mês. Só em nome do deputado Oswaldo Trevisan (PMDB-PR) foram entregues aos seguranças da galeria 14 convites naquele dia.

Outros 31 convites, em nome dos deputados Antonio Carlos Thame (PFL-SP), Ethevaldo Nogueira (PFL-CE) e José Elias Murad (PTB-MG) e com o mesmo impresso também foram pegos pelos seguranças, que denunciaram a irregularidade ao diretor de segurança da Câmara, Fernando Paolucci.

Até ontem só Trevisan foi ouvido pelo diretor-geral da Câmara, Aldemar Sabino. Nervoso, o deputado informou que havia entregue um de seus convites "a um senhor chamado Jamil", da UDR de Londrina, que foi localizado na galeria, identificou-se como presidente da regional da UDR de Londrina e surpreendeu-se com a falsificação. A UDR afirma que o presidente da regional de Londrina chama-se Olavo Godoi.

"Não posso imaginar quem tenha feito isso — disse Jamil, desculpando-se com o diretor de segurança, que investiga a falsificação dos convites. Ocorrência inteiramente nova nos seus 27 anos de trabalho como segurança no Congresso Nacional.

— O máximo que podemos descobrir é talvez a gráfica impressora das falsificações — admite Paolucci.

DOMINGO.
PROGRAMA.
SEM LEL. MAS SEMPRE REVISTA.
DOMINGO

Líder de fora para dentro

Sem mandato e, portanto, sem direito de voto, mas comandando a maior e mais poderosa tropa de choque que atuou na Constituinte, o presidente da UDR, Ronaldo Caiado, acabou se transformando na principal personagem de polêmica votação do capítulo da reforma agrária, na medida em que comandou, durante mais de 80 horas, a reação ao acordo que acabou envolvendo todos os partidos, à exceção do PFL e PL, e terminou levando a Constituinte ao impasse.

"Não aceitamos transigir em princípios", disse. "A cúpula do *Centrão* pode ter aceito o acordo, mas as bases não. Esses homens estão querendo tornar o campo inextinguível. O texto é uma agressão total aos produtores. Estão aumentando o nível de confronto e desentendimento no campo."

Caiado ficou indignado por volta das 18h30min, logo após ser informado do acordo que tornava a propriedade produtiva passível de desapropriação para fins de reforma agrária, desde que não fossem cumpridas as exigências relativas à função social.

Sempre seguido por um batalhão de ruralistas, Caiado, após dirigir improperios aos senadores Mário Covas — "é um demagogo, oportunista e politiquês" — e José Richa — "é um obturado mental" —, sob aplausos dos seguidores, deixou o plenário da liderança do PMDB — onde aparecia pela primeira vez, ontem —, dirigindo-se para a liderança do PFL. Ali já estavam o líder do PFL, José Lourenço, do PL, Afif Domingos, e os deputados Alysson Paulinelli e Rosa Prata, que na reunião das lideranças tinham rejeitado a proposta de acordo, embora recebessem apelo do líder do PDS, senador Jarbas Passarinho, para aprovar o texto, surgido de uma fusão de emendas dos deputados Euclides Scalco e Gerson Peres.

"Bater chapa" — Para a UDR — e com ela a Confederação

Nacional da Agricultura (CNA), Sociedade Rural e Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) — a negociação não podia ser concretizada. Desde a terça-feira, quando começaram os entendimentos dos líderes, Caiado, em vigília permanente no plenário ao lado do gabinete de Mário Covas, repetia: "Não tem acordo, vamos bater chapa". Ontem, a disposição não havia mudado, mesmo com a derrota do substitutivo do *Centrão* na noite anterior. Aquartelados no gabinete do *Centrão* e sempre comandados por Caiado, os ruralistas ligaram para os gabinetes dos deputados e garantiram que sua derrota era uma ameaça à paz no campo.

"Esta é a nossa posição final", anunciara, por exemplo, o advogado da UDR, Cesmar Moura, por volta das 16h45min, enquanto distribuía cópias de uma emenda feita na sessão da OCB, minutos antes, em uma reunião que tinha um único constituinte: Paulinelli. Os três outros autores da emenda foram o próprio Caiado, o presidente da CNA, Flávio Telles, e da OCB, Roberto Rodrigues. O texto era basicamente o mesmo da véspera e deixava a propriedade produtiva fora do alcance da reforma agrária, apenas prevendo penas para os que não cumprissem a função social. A proposta foi rejeitada por todas as correntes, à exceção do PFL e PL.

No clima de guerra que se estabeleceu logo que a emenda diferente foi acordada, não faltaram discussões entre ruralistas e constituintes, como a que envolveu o deputado Ronaldo Cezar Coelho e pelo menos 20 membros da UDR, que reagiram com ameaças e acusações quando o deputado confirmou seu voto contra a UDR. Um membro da UDR, não identificado no tumulto, gritava: "Quem votar com esse acordo estará rompido com a sociedade rural. Se isso for aprovado, vamos todos à rua, em todo o país, para mostrar à nação quem somos".

Sarney Filho deixa a Constituinte para ser secretário no Maranhão

BRASÍLIA — Dezessete horas depois de ter sido destituído da função de vice-líder do PFL, por ter votado contra o texto do *Centrão* sobre a reforma agrária, o deputado Sarney Filho cedeu sua vaga de deputado ao suplente Edvaldo Holanda (PL-MA). "Perdi minha identidade de constituinte", disse Sarney Filho ao justificar sua ida para a Secretaria de Assuntos Políticos do governo do Maranhão. A saída do deputado foi acertada anteontem por acordo entre ele, o presidente Sarney e o governador Epitácio Cafeteira.

"Meu voto passou a interferir nas relações do governo com a Constituinte, e isso não admito", acrescentou. "Não quero atrapalhar meu pai." Presidente do PFL em seu estado, Sarney Filho saiu para articular a campanha às eleições municipais de novembro, repetindo a aliança com o PMDB, que em 86 resultou na eleição do pemedebista Cafeteira para o governo maranhense.

Sarney Filho, que tinha cinco dias de licença médica, estava há três em São Paulo — investigava as causas da hipertensão que lhe tem causado mal-estar — quando resolveu retornar a Brasília, chegando no momento da votação da reforma agrária, em que o relator Bernardo Cabral atacava o texto do *Centrão* defendia a negociação. Votou de acordo com o relator.



Sarney Filho